



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ



SOLICITAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO DE IMÓVEL NA INCIDÊNCIA DA PROGRESSIVIDADE DO IPTU	
Ao Contencioso Fiscal Ilustre Senhor Secretário da Fazenda do Município de Jataí	
Requerente:	
RG nº:	CPF nº:
Endereço completo do domicílio:	
Fone:	
Endereço completo do imóvel:	
Inscrição Imobiliária:	Protocolo:
Qualidade: <input type="checkbox"/> proprietário <input type="checkbox"/> representante legal	
Título <input type="checkbox"/> escritura/Certidão Imobiliária <input type="checkbox"/> compromisso ou promessa de compra e venda ou de cessão <input type="checkbox"/> recibo de pagamento total ou parcial de aquisição, indicação do número da respectiva transcrição ou matrícula perante o Cartório de Registro de Imóveis: nº _____ do _____ CRI.	
Em face da notificação nº _____, na forma do Decreto nº 1.134 de 14 de outubro de 2011, venho, no prazo legal, contestar as informações sobre o aproveitamento do imóvel em questão, com a indicação dos seguintes elementos que demonstram não se tratar o imóvel supra de não edificado, não utilizado ou subutilizado, de acordo com as definições previstas no art. 3º do referido Decreto. Portanto, não sujeito à progressividade do IPTU:	
I – <input type="checkbox"/> o imóvel possui edificação (descrever):	
II – <input type="checkbox"/> o imóvel não está desocupado (descrever):	
III – <input type="checkbox"/> o período de desocupação é provisório (descrever):	
IV – <input type="checkbox"/> a não edificação e não ocupação do imóvel decorre de impossibilidade jurídica ou pendência judicial (descrever):	
V – <input type="checkbox"/> o imóvel não possui edificação paralisada, abandonada ou irregular (descrever):	
VI – <input type="checkbox"/> o imóvel não se enquadra na descrição de imóvel não edificado, não utilizado ou subutilizado conforme art. 4º do Decreto nº 1.134 de 14 de outubro de 2011 (descrever):	
VII – <input type="checkbox"/> outras informações:	
* Declaro, sob as penas da lei, plena responsabilidade pela veracidade das informações prestadas quanto ao atendimento dos requisitos previstos no Decreto nº 1.134 de 14 de outubro de 2011 cuja comprovação poderá ser exigida a qualquer tempo.	
Ante o exposto, requer recebimento da presente impugnação, com o acolhimento das informações prestadas para fins de reconhecimento do cumprimento da função social da propriedade e não aplicação do IPTU Progressivo no Tempo. Nestes termos, pede deferimento.	
* As informações prestadas são comprovadas por <input type="checkbox"/> documentação anexa; e/ou <input type="checkbox"/> constatação fiscal, o que, desde já, requer realização.	
Local/Data:	Assinatura: